

OAB/NOTÍCIAS – ELETRÔNICO 76

* DOIS ANOS DE INFORMAÇÕES AOS ADVOGADOS POTIGUARES E DE TODO O BRASIL! *

*** Natal, semana de 11 a 24 de fevereiro de 2007 ***

(Edição de hoje: 19 páginas)

→ → OAB/RN: ÉTICA E ADVOCACIA! ← ←



Ordem dos Advogados do Brasil

SECÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

UMA INSTITUIÇÃO DE LUTAS PELO ADVOGADO, PELA JUSTIÇA E PELA DEMOCRACIA!

ARTIGO 133, DA CONSTITUIÇÃO → O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

ATENÇÃO: VEJA TODAS AS EDIÇÕES DO OAB/NOTÍCIAS ELETRÔNICO NO SÍTIO DA OAB/RN.
www.oab-rn.org.br

LEIA O DIÁRIO DA OAB/RN – TODOS OS SÁBADOS, NO DIÁRIO DE NATAL.

TODOS OS CONSELHEIROS E TODAS AS CONSELHEIRAS DA OAB/RN, BEM COMO TODOS OS MEMBROS HONORÁRIOS VITALÍCIOS ESTÃO CONVOCADOS PARA A SEGUNDA REUNIÃO QUINZENAL, na última quinta-feira deste mês: **Dia 27 de fevereiro!**

→ É muito importante que todos estejam presentes. Inclusive os colegas advogados e advogadas que estejam interessados em ajudar à OAB/RN.

NOBRES COLEGAS.

* Nunca é demais lembrar que todos nós, Diretores, Conselheiros Seccionais, Conselheiros Federais e Dirigentes da CAARN trabalhamos diariamente em seu prol. Por maior boa vontade que tenhamos, é humanamente impossível fazer tudo: às vezes falta alguma coisa.

Neste instante, é importante a sua participação!

O ideal é que você venha trabalhar conosco. Não lhe sendo possível, pelo menos, mantenha-nos informado do que você deseja que a OAB/RN deva fazer. Sua opinião e sua sugestão são sempre muito bem vindas. Lembre-se que, se você não participar, não vai ter legitimidade para reclamar.

*Prezados Colegas Advogados e Advogadas.

*Prezados amigos e amigas leitores deste nosso jornal.

O nosso editorial de hoje não poderia ter outro tema senão o caso João Hélio. Mas, antes, fazemos questão de publicar uma carta de sua irmã, conforme abaixo.

CARTA DA IRMÃ DE JOÃO HÉLIO. LUTO BRASIL!

(Notícia enviada pela advogada PATRÍCIA SAZES MEDEIROS)

RIO, 14/02/2007 – A irmã do menino João Hélio Fernandes, de 6 anos, Aline, divulgou neste domingo uma carta em que pede consciência aos políticos. Um trecho da carta foi lido durante entrevista dos pais do menino no programa Fantástico, da TV Globo.

João Hélio foi arrastado até a morte, preso pelo cinto de segurança do carro, depois que os assaltantes roubaram o carro de sua mãe, Rosa Cristina Fernandes, na zona norte do Rio. O crime causou comoção nacional.

Leia abaixo a íntegra da carta de Aline (que tem apenas 14 anos):

Socorro! Cadê a justiça?

Ele é de menor? Eu sei. Eu também sou, e meu bebê também era. Na hora que esse 'menor' apontou a arma pra minha cabeça e arrastou meu bebê até a morte ele foi muito adulto. Agora é muito fácil pra ele ser tratado como uma criança, quando na verdade ele foi um monstro cruel e sem coração. Ele deve ser tratado como adulto! Olha pra mim. O que você vê? Uma mulher e não uma criança. Eu sei o que faço e procuro agir de maneira correta.

Tenho 14 anos e estou péssima. Minha família está sem chão, o Rio emocionado e o Brasil revoltado.

Se essa não é a hora da mudança, quando será? Quando acontecer novamente? Quando mais uma vida for tirada por um homem de 16 anos? E o pior é que ele só vai passar 3 anos de sua vida dentro de um centro de recuperação.

É muito fácil garotos como ele cometerem crimes bárbaros, sabendo que praticamente nada acontecerá com eles, que a justiça não será feita.

O presidente e outros políticos que não estão de acordo, dos 2 um: ou eles não tem filhos, ou eles não tem alma. Eles andam cercados de seguranças e permitem que esses crimes aconteçam. Não queremos aparecer, não queremos vingança, queremos apenas Justiça. Brasília acorda!!! O principal assassino Diego, disse que não sabe o que é sentir a perda de um filho porque não tem um, mas além de não ter filho não tem coração.

O Brasil está em fúria, pena de morte não resolve, eu desejo Justiça rigorosa e para os políticos eu peço consciência, que é hora de mudar. Ao pai de Diego, eu agradeço de todo o meu coração, porque ele sim, é um cidadão de bem, que teve uma atitude corajosa e digna de um ser humano.

Obrigado Brasil pelo conforto e pela solidariedade comigo e com minha família. Aonde quer que nosso anjinho esteja ele sabe que é muito amado, mas agora ele está melhor que todos nós aqui. Peço a colaboração de todo o Brasil para que assinem o abaixo assinado para a redução da maioria penal e que participem da comunidade do Orkut: JOÃOZINHO PEDE JUSTIÇA. Conto com a ajuda de todos. Aline"

A TÍTULO DE EDITORIAL

**ESTOU COM OS QUE TÊM FOME E SEDE DE JUSTIÇA, COM A OAB E COM A CNBB:
PELA PROMOÇÃO DA CULTURA DA PAZ!**

Adilson Gurgel
Conselheiro Federal

A violência urbana nos choca cada vez mais! Quando a gente pensa que o supra-sumo da barbárie foi atingido, eis que somos surpreendidos por um crime como o da criança arrastada pelas ruas do Rio de Janeiro. Pior, crime praticado, dentre outros, por um menor.

Basta! Toda a sociedade clama e reclama. E brada: é preciso leis mais rigorosas! A maioria está a gritar que é preciso: diminuir a maioria criminal! Aumentar a quantidade de anos de prisão para determinados crimes! Construir mais prisões! Aumentar o efetivo policial! E outras medidas que tais.

Como poderemos diminuir a escalada de violência apenas com medidas repressivas? Como é possível mudar uma situação se os protagonistas são os mesmos? Será possível mudar o violento *status quo* sem outras medidas que não essas? Será que somente se estimulando ou reprimindo o lado material das pessoas é possível se diminuir a violência?

Descabido seria de minha parte dizer que tenho a solução para o problema. Mas, igualmente seria desastroso ficar calado.

É evidente que a violência tem várias fontes, todas elas muito melhor sabidas pelas autoridades e a dita "inteligência" policial do que por mim mesmo. No entanto, sabemos, talvez até melhor do que essa "inteligência", que as medidas que se pugnam são imediatistas. Elas não resolvem o problema, nem agora nem no futuro.

Falacioso é dizer que a pena de morte resolve o problema. Ela mata um criminoso. Ela não mata o crime. E este é que é odioso, enquanto aquele pode ser objeto de melhores estudos e cuidados. **G**anha a sociedade quando toda ela se une na busca de soluções plausíveis e efetivamente realizáveis.

Hoje, diante da escalada de violência, a sociedade se apresenta perplexa, sem saber para onde ir. Em alguns casos, parece até que os órgãos de segurança estão optando pela "solução da avestruz": enfiar a cabeça no chão e ver o que acontece. No popular sentido do deixa como está para ver como é que fica. E, mais perplexa ainda, a sociedade se deparou, aqui em Natal, com a possibilidade de uma greve da polícia, em pleno Carnaval! (Período dentro do qual, como em toda ocasião festiva, é sabido desde as lições de EMILE DURKHEIM que acontecem muito mais crimes!)

Impõem-se medidas urgentes e imediatas para que haja uma diminuição da violência. Mas, impõem-se igualmente medidas de longo prazo para que as novas gerações cresçam com um espírito mais solidário e mais conciliador.

Jamais se poderia imaginar que até os jogos de futebol, paixão nacional, se tornaram instrumentos de violência, com as torcidas se matando. E, infelizmente, são indiretamente estimulados pelos locutores e comentaristas esportivos, os quais, por exemplo, ao invés de ver a beleza de um goleador, dizem que o time precisa de um "matador". Eles mesmos, ao invés de vangloriarem os times que ganham, estimular inconscientemente a violência, ao dizer que a fase do campeonato é de "mata-mata". Ora, se quem ganha é quem continua, não sei porque não se chama fase de "ganha-ganha". Será ainda herança dos gladiadores romanos?

Linguagem violenta, mesmo em tom de brincadeira, leva à violência!

Mais ainda, esta semana ouvi no rádio um comercial de um curso de inglês, dizendo que "se você aprender uma outra língua, você tem condições de derrubar (sic) um concorrente seu a um emprego"... E tome estímulo à violência subliminar!

Nunca é demais observar que, nessa linha de violência que ultrapassa meramente o explodir de balas bem direcionadas ou de balas perdidas, a contestação e até mesmo a tentativa de aniquilação do sentimento de solidariedade ou de qualquer altruísmo chegou a um tal ponto que hoje temos uma revista totalmente direcionada ao individualismo. Você mesmo sendo tratado como se fosse uma sociedade anônima! Será que neste mundo em que vivemos, somente você é quem interessa? E os outros que se danem?!

Oportuno seria convocar toda a sociedade para que sejam buscadas soluções para o problema. Pessoalmente, creio que, tendo o ser humano presente em si três dimensões: a biológica, a psicológica e a espiritual. Assim, o próprio afastamento do ensino religioso e da ética desde o ensino fundamental até a pós-graduação, fez crescer mais e mais o materialismo, consubstanciado num consumo exacerbado, infelizmente seguido da disseminação desmedida do tráfico de drogas, que levou a todo estado de coisas que hoje se apresenta.

Ora, mais do que um simples fenômeno do passado, a espiritualidade é hoje invocada como instrumento e agente de transformação do mundo. Não é à toa que, na Inglaterra, a Lei de Reforma da Educação (*Education Reform Act*, de 1988) determina expressamente que "as escolas do Estado devem promover não apenas o desenvolvimento intelectual da criança, mas também o espiritual e o moral, em todo o currículo escolar!

É por isso que, em muito boa hora e no dia 14 de fevereiro, o Conselho Federal da OAB e a CNBB instalaram o Fórum para Superação da Violência e Promoção da Cultura da Paz, objetivando propor medidas para combate à criminalidade e melhoria da segurança no país. O Fórum já deliberou formular um pedido de audiência pública para debater urgentemente com o Congresso Nacional a questão da segurança e um manifesto contundente de solidariedade às vítimas da violência no País, especialmente a do menino João Hélio Fernandes - morto por assaltantes que o arrastaram num carro por sete quilômetros de ruas do Rio de Janeiro.

Como mostra a reportagem do Conselho Federal, na primeira reunião do Fórum, além da OAB e da CNBB, tomaram parte da reunião a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Associação Nacional dos Procuradores Trabalho (ANPT), Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), Associação Luso-Brasileira de Juizes do Trabalho. Outras entidades estão convidadas, como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Aqui no RN, a nossa sociedade potiguar não vai ficar indiferente! Vamos também criar o nosso movimento, o nosso Fórum, para que possamos fazer algo em prol da paz que tanto precisamos ter. Colegas já estão sugerindo essa atitude e não podemos ficar indiferentes.

Com TEILHARD DE CHARDIN temos que hoje, mais do que nunca, é imperioso cultivar o amor pela vida, conservar *lê goût de vivre* (o gosto de viver) que sustenta os indivíduos e a comunidade.

Afinal, não foram os praticantes da maldade os citados no Sermão da Montanha. Ali, o Mestre de Nazaré deixou bem claro que são felizes os mansos, os que têm fome e sede de justiça e os que agem em prol da paz, pois eles: possuirão a terra, serão saciados e serão chamados filhos de Deus.

Que assim o seja com você e com todos nós! Vamos trabalhar em conjunto para a superação da violência e pela promoção da cultura da paz.

* * * * *

A PALAVRA JURÍDICA DO PAPA

DISCURSO DE BENTO XVI AOS PARTICIPANTES DO CONGRESSO SOBRE DIREITO NATURAL

(Baixado do jornal eletrônico ZENIT, edição de 20/02/2007)

ROMA, terça-feira, 20 de fevereiro de 2007 (ZENIT.org).- Publicamos a seguir o discurso pronunciado por Bento XVI na última segunda-feira, 12 de fevereiro, aos participantes no Congresso sobre Direito Natural promovido pela Pontifícia Universidade Lateranense. (Os grifos não constam do original.)

Venerados Irmãos no Episcopado e no Sacerdócio,
Estimados Professores, Ilustres Senhoras e Senhores,

É com particular prazer que vos recebo no início dos trabalhos congressuais, que nos próximos dias vos verão comprometidos no debate sobre um tema de importância relevante para o atual momento histórico, o da lei moral natural. Agradeço a D. Rino Fisichella, Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Lateranense, os sentimentos expressos no discurso com que desejou introduzir este encontro.

Não há dúvida de que nós estamos a viver um momento de desenvolvimento extraordinário na capacidade humana de decifrar as regras e as estruturas da matéria e no conseqüente domínio do homem sobre a natureza. Todos nós vemos as grandes vantagens deste progresso, e vemos cada vez mais também as ameaças de uma destruição da natureza pela força da nossa ação. Existe outro perigo menos visível, mas não menos preocupante: o método que nos permite conhecer cada vez mais profundamente as estruturas racionais da matéria torna-nos cada vez menos capazes de ver a fonte desta racionalidade, a Razão criadora. A capacidade de ver as leis do ser material torna-nos incapazes de ver a mensagem ética contida no ser, mensagem que a tradição denomina *lex naturalis*, lei moral natural. Trata-se de uma palavra que hoje para muitos é incompreensível, por causa de um conceito de natureza já não metafísico, mas somente empírico. O fato de que a natureza, o próprio ser, já não é transparente para uma mensagem moral, gera um sentido de desorientação que torna precárias e incertas as opções na vida de todos os dias. Naturalmente, a confusão atinge de modo particular as gerações mais jovens, que neste contexto devem encontrar as opções fundamentais para a sua vida.

É precisamente à luz destas verificações que se manifesta em toda a sua urgência a necessidade de refletir sobre o tema da lei natural e de reencontrar a sua verdade, comum a todos os homens. Tal lei, à qual se refere também o Apóstolo Paulo (cf. Rm 2, 14-15), está inscrita no coração do homem e, por conseguinte, também hoje não é simplesmente inacessível. Esta lei tem como seu princípio primordial e generalíssimo o de "fazer o bem e evitar o mal". Trata-se de uma verdade cuja evidência se impõe imediatamente a cada um. Dela brotam os outros princípios mais particulares, que regulam o juízo ético sobre os direitos e os deveres de cada um. Trata-se do princípio do respeito pela vida humana, desde a sua concepção até ao seu termo natural, pois este bem da vida não é uma propriedade do homem, mas um dom gratuito de Deus. Trata-se também do dever de buscar a verdade, pressuposto necessário de toda a verdadeiro amadurecimento da pessoa.

Outra exigência fundamental do sujeito é a liberdade. Todavia, tendo em consideração o fato de que a liberdade humana é sempre uma liberdade compartilhada com os outros, é claro que a harmonia das liberdades só pode ser encontrada naquilo que é comum a todos: a verdade do ser humano, a mensagem fundamental do próprio ser, precisamente a *lex naturalis*. E como deixar de mencionar, por um lado, a exigência da justiça, que se manifesta em dar *unicuique suum* e, por outro, a expectativa da solidariedade, que alimenta em cada um, especialmente se estiver em dificuldade, a esperança de uma ajuda por parte daquele que teve uma sorte melhor? Nestes

valores expressam-se normas inderrogáveis e inadiáveis, que não dependem da vontade do legislador e nem sequer do consenso que os Estados lhes podem conferir. Com efeito, trata-se de normas que precedem qualquer lei humana: como tais, não admitem intervenções em derrogação por parte de ninguém.

A lei natural é a nascente de onde brotam, juntamente com os direitos fundamentais, também imperativos éticos que é necessário respeitar. Na atual ética e filosofia do Direito são amplamente difundidos os postulados do positivismo jurídico. A consequência é que a legislação se torna com frequência somente um compromisso entre diversos interesses: procura-se transformar em direitos, interesses particulares ou desejos que contrastam com os deveres derivantes da responsabilidade social. Nesta situação, é oportuno recordar que cada ordenamento jurídico, tanto a nível interno como internacional, haure em última análise a sua legitimidade da radicação na lei natural, na mensagem ética inscrita no próprio ser humano. Em definitivo, a lei natural é o único baluarte válido contra o arbítrio do poder ou os enganos da manipulação ideológica. O conhecimento desta lei inscrita no coração do homem aumenta com o progredir da consciência moral. Portanto, a primeira preocupação para todos, e particularmente para quem tem responsabilidades públicas, deveria consistir em promover o amadurecimento da consciência moral. Este é o progresso fundamental, sem o qual todos os outros progressos terminam por ser não autênticos. A lei inscrita na nossa natureza é a verdadeira garantia oferecida a cada um, para poder viver livres e ser respeitado na própria dignidade.

O que dissemos até agora tem implicações muito concretas, se se faz referência à família, ou seja, àquela "íntima comunidade conjugal de vida e de amor... fundada e dotada de leis próprias pelo Criador" (Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, 48). A este propósito, o Concílio Vaticano II reiterou oportunamente que a instituição do matrimônio recebe a sua "estabilidade do ordenamento divino" e, por isso, "este vínculo sagrado, por causa do bem tanto dos esposos e da prole, como da sociedade, está fora do arbítrio humano" (*Ibidem*). Portanto, nenhuma lei feita pelos homens pode subverter a norma escrita pelo Criador, sem que a sociedade seja dramaticamente ferida naquilo que constitui o seu próprio fundamento basilar. Esquecê-lo significaria debilitar a família, penalizar os filhos e também tornar precário o futuro da sociedade. Enfim, sinto o dever de afirmar mais uma vez que nem tudo o que é cientificamente realizável é também lícito sob o ponto de vista ético. Quando reduz o ser humano a um objeto de ensaio, a técnica termina por abandonar o sujeito frágil ao arbítrio do mais forte. Confiar cegamente na técnica como a única garantia de progresso, sem oferecer ao mesmo tempo um código ético que mergulhe as suas raízes na mesma realidade que é estudada e desenvolvida, equivaleria a causar violência à natureza humana, com consequências devastadoras para todos.

A contribuição dos homens de ciência é de importância primária. Juntamente com o progresso das nossas capacidades de domínio sobre a natureza, os cientistas devem contribuir também para nos ajudar a compreender profundamente a nossa responsabilidade pelo homem e pela natureza que lhe é confiada. Tendo isto como base, é possível desenvolver um diálogo fecundo entre crentes e não-crentes; entre filósofos, juristas e homens de ciência, que podem oferecer também ao legislador um material precioso para a vida pessoal e social. Por isso, faço votos a fim de que estes dias de estudo possam impelir não apenas a uma maior sensibilidade dos estudiosos em relação à lei natural, mas levem também a criar as condições para que, no que diz respeito a esta temática, se chegue a ter uma consciência cada vez mais plena do valor inalienável que a *lex naturalis* possui, para um progresso real e coerente da vida pessoal e da ordem social. Com estes bons votos, asseguro a minha lembrança na oração por vós e pelo vosso compromisso acadêmico de investigação e de reflexão, enquanto concedo a todos vós a minha afetuosa Bênção Apostólica.

[Tradução distribuída pela Santa Sé - © Copyright 2007 - Libreria Editrice Vaticana]

* * * * *

ARTIGO

A PALAVRA DO NOSSO PRESIDENTE NACIONAL

FOME E SEDE DE JUSTIÇA

Cezar Britto
Presidente Nacional da OAB

Se necessário fosse nomear a carência-síntese da sociedade brasileira, não hesitaria em apontá-la numa única palavra: justiça. Todas as demais mazelas da vida brasileira - exclusão social, analfabetismo, violência urbana, impunidade, descrédito das instituições e infinitas outras - derivam dessa insuficiência.

Não é problema que tenha surgido neste ou no governo anterior - ou mesmo em algum especificamente. É herança cultural que remonta aos primórdios da formação nacional.

Somos um país em que, no dizer de Alceu de Amoroso Lima, o Estado precedeu a nação. Antes mesmo de termos sociedade, já tínhamos Estado e respectivas (e múltiplas) regulações. Nossa primeira organização geopolítica, na seqüência do descobrimento, foram as capitanias hereditárias, onde a vontade do donatário-governante se sobreponha à lei.

E delas não nos desvinculamos culturalmente, o que certamente inspirou o desejo irônico do poeta Manuel Bandeira de mudar-se para uma Pasárgada imaginária, onde, por ser amigo do rei, teria "a mulher que quero, na cama que escolherei".

Ser amigo do rei, nesse universo distorcido de valores é a aspiração máxima da cidadania pelo avesso, dando ensejo a que prosperem práticas como nepotismo, tráfico de influência, fisiologismo político e impunidade. O rei - o governante, o caudilho, o coronel, o chefe político - substitui a lei e o Judiciário. Essa é a herança colonial contra a qual se batem os homens de bem deste país, felizmente encontráveis em todas as instituições e partidos. A OAB, cuja presidência assumi no dia 1º de fevereiro, forjou sua tradição na luta contra tais aberrações culturais.

Cidadania ativa é o antídoto. Pressupõe, no entanto, um país que pratique a justiça, que viva sob sua égide. Não sem razão, em meu discurso de posse, sustentei que nós, os integrantes da cena judiciária -advogados, magistrados e membros do Ministério Público -, precisamos nos submeter a drástica e imediata autocrítica e corrigir procedimentos.

Sabemos que nenhum de nós é isoladamente responsável pela crise de justiça. Mas não podemos negar que é nossa a missão constitucional de fazer da justiça um alimento consumido por todos. Somos os encarregados da punibilidade dos que desviam verbas públicas, dos que se apropriam dos sonhos de igualdade, dos que se alimentam da fome alheia, dos que abusam do poder econômico, dos que fazem tráfico de influência, dos que viciam a vontade das urnas, dos que zombam do próprio Judiciário.

Consola-me saber, porém, que, unidos, podemos melhorar substantivamente a qualidade da prestação jurisdicional no país, reduzindo a carência-síntese do Brasil - e, com ela, o mal-estar geral da nação. Só assim, tornando a Justiça um bem real e efetivo, estaremos em consonância com o estabelecido no artigo 1º da Constituição, que diz que a bandeira da República Federativa do Brasil está fincada no Estado democrático de Direito. Sem Justiça, direito é letra morta, mera manifestação de intenções.

E aí me refiro à Justiça em seu sentido mais palatável: o Poder Judiciário e as políticas públicas de inserção social. Não basta conceder um direito no papel. É preciso levá-lo à prática.

Materializar a justiça social é sinônimo de mobilizar a sociedade por meio da cidadania ativa. Caso contrário, continuaremos a aumentar a descrença no Judiciário e a colecionar leis que não pegam. Agir em busca da justiça é, portanto, palavra de ordem.

Eis porque a OAB intensificará cada vez mais sua participação nos órgãos governamentais e da sociedade civil que definam políticas públicas. Um bom exemplo acaba de ser servido. No dia seguinte à minha posse, tive reunião de trabalho com o ministro da Educação, Fernando Haddad. Acertamos retirar do cardápio da cidadania o estragado prato da mercantilização do ensino jurídico.

O aprendizado da justiça tem nos bancos acadêmicos um forte aliado. Bacharéis malformados resultam no que temos: de um lado, os beneficiários de um ensino de boa qualidade, do outro, uma desesperada multidão frustrada pela não-concretização do sonho de ascensão social pelo saber.

Há muito o que fazer para que o Brasil melhore. Mas, se fizermos nossa parte, poderemos atacar o mal pela raiz. A fome maior que temos é a de justiça. E a sede que sentimos exige ser saciada pela ousadia da ação. Fome e sede de justiça, carências que podem fazer parte do passado brasileiro.

ARTIGO

Uma merecida homenagem feita pelo Prof. JOSÉ RIBAS, da PUC-Rio, ao Prof. CELSO MELLO

CELSO MELLO E O ENSINO DO DIREITO

(Artigo do Prof. JOSÉ RIBAS – jribas@jur.puc-rio.br – e baixado do grupo de debates da ABEDI)

Este dia 21 de fevereiro de 2007 marca o segundo aniversário de morte de Celso Albuquerque Mello. O fato começa a assumir um distanciamento objetivo e histórico. Começa a merecer estudo. Celso A. Mello simboliza, como reflexão e análise, um momento de transição do ensino jurídico, principalmente no Rio de Janeiro. É um momento de transição que saímos das antigas cátedras (eu fui formado ainda neste sistema no curso de Direito) para um novo formato de ensino jurídico que não se efetivou ainda, lamentavelmente.

Celso era uma transição muito peculiar pela generosidade de partilhar o conhecimento e não pretendia formar "escola", "hegemonias". Era um individualismo muito peculiar por essa característica de "democratizar" o conhecimento.

Creio que Celso vivenciou, como professor, e nós, alunos, períodos difíceis como os dos anos 70 e 80 do século passado. O estudo do Direito não tinha importância e não havia uma política de pós-graduação sistemática. Foram 20 anos onde poderia ter havido um outro rumo institucional para o Direito, principalmente no Rio de Janeiro.

Constato hoje, em 2007, que a transição simbolizada pelo Celso não se concretizou num ensino jurídico mais integrado, mais coletivo em termos de pesquisa e de dedicação exclusiva ao magistério. O que há de novo nesse período pós-transição representada por Celso A. Mello, no Rio de Janeiro, são dois aspectos. Primeiro, há o desaparecimento de uma visão de mundo humanista, como personificava o magistério de Celso A. Mello, por uma especialização crescente. A especialização não é algo novo no ensino jurídico, mas o grau de densidade e em especial de velocidade que vem adquirindo é digno de registro. Em segundo lugar, outro fator novo que é impactante no atual ensino jurídico é a circulação de informação. Se figuras como Celso A. Mello representou de forma genuína, repito, a generosidade de compartilhar o conhecimento, hoje de fato contamos de modo inédito a democratização do saber por via eletrônica.

É este avanço que devemos hoje nesta passagem do segundo aniversário de morte de Celso A. Mello tirar vantagem para completar a transição de mudança iniciada no ensino jurídico no período de sua vida, para que avancemos e concretizemos uma formação jurídica mais coletiva, reflexiva e crítica.

* * * * *

NOTÍCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

01. OAB, CNBB E ENTIDADES CRIAM FÓRUM PARA COMBATER VIOLÊNCIA

(Notícia baixada do sítio do Conselho Federal da OAB, em 19/02/200.)

Brasília, 14/02/2007 – A constituição do Fórum para Superação da Violência e Promoção da Cultura da Paz encabeça as decisões anunciadas hoje (14) pelo presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, estabelecidas em comum acordo com diversas entidades da sociedade civil que vão propor medidas para combate à criminalidade e melhoria da segurança no país. Outras decisões consensuais tomadas durante essa primeira reunião de avaliação da escalada da violência, realizada na sede do Conselho Federal da OAB que a coordenou, foram um pedido de audiência pública para debater urgentemente com o Congresso a questão da segurança e um manifesto contundente de solidariedade às vítimas da violência no País, especialmente a do menino João Hélio Fernandes - morto por assaltantes que o arrastaram num carro por sete quilômetros de ruas do Rio de Janeiro.

Cezar Britto informou que a primeira reunião do Fórum para Superação da Violência e Promoção da Cultura da Paz foi marcada para o próximo dia 14, às 9h30, na OAB. O Fórum desenvolverá propostas e cobrará das autoridades medidas para debelar a violência no país, que no entender dos participantes dessa primeira reunião não se restringem ao aperfeiçoamento dos dispositivos de segurança nem à lei penal. Entendem que são necessárias também políticas públicas voltadas para as famílias, para a educação e redução das disparidades de renda e desigualdades sociais no país. "É preciso sobretudo resgatar os valores que estão se perdendo na sociedade brasileira, principalmente por falta de atenção à dignidade das famílias mais pobres", conforme observou o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Odilo Scherer, um dos participantes da reunião de hoje e que integrará o Fórum.

Os participantes da primeira reunião decidiram ainda, por consenso, recomendar ao Congresso Nacional que não adote medidas com base na comoção social, "as quais, a pretexto de combate à violência ou a escalada da criminalidade, possam redundar num Estado policial", no dizer do presidente nacional da OAB. Os participantes do encontro temem que medidas tomadas "açodadamente", como redução da maioridade penal de 18 par 16 anos e outras destinadas a aumentar a repressão a menores infratores ou ao sistema de penas em geral, não resolvam a crise de insegurança no país e instaurem um ambiente de "vingança" entre a sociedade brasileira.

Nesse sentido, os presentes à reunião encamparam e aprimoraram as sugestões dos representantes da OAB e CNBB no sentido de que as medidas sejam adotadas com "serenidade e tranquilidade", centradas na preocupação de um combate eficaz ao crime. Mas todos os participantes foram unânimes, mais uma vez, em pregar que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não mais podem adiar a adoção das medidas que representem maior segurança à sociedade e combate à criminalidade. O maior nível de cobrança recaiu sobre o Congresso Nacional, que estaria sempre retardando a análise de projetos considerados essenciais ao combate à violência. Por isto, outro ponto de entendimento foi o de pedido de uma audiência pública ao Congresso para debater a questão com os vários segmentos da sociedade.

Ao lado OAB e CNBB, tomaram parte da reunião a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Associação Nacional dos Procuradores Trabalho (ANPT), Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), Associação Luso-Brasileira de Juizes do Trabalho. Outras entidades convidadas, Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), informaram razões intransponíveis de última hora e não puderam comparecer. O conjunto destas entidades da primeira sessão e várias outras da sociedade civil, serão chamadas à participação no Fórum para a Superação da Violência e Promoção da Cultura da Paz.

02. FRANÇA EMENDA CONSTITUIÇÃO PARA BANIR PENA DE MORTE

(Notícia enviada pelo Bel. VIDAL SUNCIÓN INVANTE, que passou no exame de ordem)

Versailles, França, 19/02/2007 – Parlamentares franceses inscreveram a proibição da pena de morte na Constituição no país nesta segunda-feira, 19, uma de três medidas previstas numa revisão constitucional. As duas casas do Parlamento se reuniram para uma sessão extraordinária no Palácio de Versailles e passaram a medida por 828 a 26.

Já uma segunda emenda, garantindo imunidade ao chefe de Estado, mas criando a possibilidade de impeachment, passou por apenas 449 a 203, pouco acima da votação mínima necessária, de 392 votos. O presidente Jacques Chirac, que já foi alvo de investigações sobre financiamento ilegal de campanha, havia prometido uma lei nesse sentido, em 2002. A medida torna possível a abertura de processo de cassação por "quebra do dever manifestamente incompatível com o exercício do mandato" presidencial.

A terceira medida, aprovada por 724 a 90, congela o processo eleitoral em Nova Caledônia. O departamento ultramarino vem sofrendo com distúrbios políticos, e o congelamento é visto como um meio de preservar a tranquilidade.

A revisão constitucional é vista como o último ato da presidência Chirac, antes do recesso e das eleições presidenciais de abril e maio.

No entanto, alguns parlamentares encararam a sessão em Versailles - onde as mudanças constitucionais são votadas - como perda de tempo e dinheiro. Alguns deputados, notadamente os candidatos à Presidência Segolene Royal e Francois Bayrou, sequer apareceram.

A despeito disso, as emoções falaram alto na votação para transformar a proibição da pena de morte, em vigor desde 1981, em norma constitucional.

"Estamos cumprindo o desejo de Victor Hugo em 1848, a abolição pura, simples, irreversível", disse o ex-ministro da Justiça, Robert Badinter, um dos arquitetos da proibição instaurada nos anos 80.

Fonte: Associated Press.

03. SIM AO ABORTO É SINAL DE UMA ACENTUADA MUTAÇÃO CULTURAL, DIZ EPISCOPADO PORUGUÊS

(Notícia retirada do jornal eletrônico ZENIT, edição de 16/02/2007)

LISBOA, sexta-feira, 16 de fevereiro de 2007 (ZENIT.org). - A Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) afirma que o «sim» ao aborto dado no referendo de domingo passado no país «é sinal de uma acentuada mutação cultural».

Os bispos do organismo episcopal reuniram-se em Assembléia extraordinária em Fátima, essa quinta-feira, com motivo do resultado do referendo. Após o encontro difundiram uma nota pastoral.

Segundo a CEP, no contexto do referendo, «manifestou-se uma cultura que não está impregnada de valores éticos fundamentais, que deveriam inspirar o sentido das leis, como é o do caráter inviolável da vida humana, aliás, consagrado na nossa Constituição».

Esta mutação cultural tem várias causas, referem os bispos, entre elas «a mediatização globalizada das maneiras de pensar e das correntes de opinião; as lacunas na formação da inteligência, que o sistema educativo não prepara para se interrogar sobre o sentido da vida e as questões primordiais do ser humano». Citam ainda «o individualismo no uso da liberdade e na busca da verdade, que influencia o conceito e o exercício da consciência pessoal; a relativização dos valores e princípios que afetam a vida das pessoas e da sociedade».

Segundo a Conferência Episcopal, «a nossa missão pastoral, por todos os meios ao nosso alcance, tem de visar este fenômeno da mutação cultural, pois só assim ajudaremos a que os grandes valores éticos continuem presentes na compreensão e no exercício da liberdade».

Os bispos afirmam que os objetivos pastorais a partir de agora são os mesmo de sempre: ajudar as pessoas, esclarecer as consciências, criar condições para evitar o recurso ao aborto, legal ou clandestino.

«A mudança de mentalidade interpela a nossa missão evangelizadora, de modo particular a evangelização dos jovens, das famílias e dos novos dinamismos sociais. Toda a missão da Igreja tem de ser, cada vez mais, pensada para um novo contexto da sociedade. São necessárias criatividade e ousadia, na fidelidade à missão da Igreja e às verdades evangélicas que a norteiam.»

Os bispos enfatizam como missão evangelizadora o esclarecimento das consciências.

«Esta verdade iluminadora das consciências provém de um sadio exercício da razão, no quadro da cultura; é-nos revelada por Deus, que vem ao encontro do ser humano; é patrimônio de uma comunidade, cuja tradição viva é fonte de verdade, enquadrando a dimensão individual da liberdade e da busca da verdade.»

Para os católicos, a verdade revelada, transmitida pela Igreja no quadro de uma tradição viva, é elemento fundamental no esclarecimento das consciências, afirmam.

Os bispos recordam ainda que o fato de o aborto passar a ser legal não o torna moralmente legítimo. «Todo o aborto continua a ser um pecado grave, por não cumprimento do mandamento do Senhor, "não matarás".»

Às mulheres grávidas que se sintam tentadas a recorrer ao aborto, aos pais dos seus filhos, o organismo episcopal pede que não se precipitem.

«A decisão de abortar é, na maior parte dos casos, tomada em grande solidão e sofrimento. Um filho que, no início, aparece como um problema, revela-se, tantas vezes, como a solução das suas vidas.»
«Tantas mulheres que abortaram sentem, mais tarde, que se pudessem voltar atrás teriam evitado o ato errado. Abram-se com alguém, reflitam, em diálogo, na gravidade da sua decisão», pedem os prelados.
«A luta pela vida, pela dignificação de toda a vida humana, é uma das mais nobres tarefas civilizacionais. Não será o novo contexto legal que nos enfraquecerá no prosseguimento desta luta. A Igreja continuará fiel à sua missão de anúncio do Evangelho da vida em plenitude e de denúncia dos atentados contra a vida», encerra a nota da CEP.

04. EXAME DA ORDEM 2006.3, da OAB/RN: 47,54% de candidatos aprovados.

(Notícia enviada pela nossa Jornalista ANNE DANIELLE.)

Natal, 14/02/2007 – O resultado final do Exame da Ordem de 2006.3 teve índice de aprovação de 47,54%. Dos 650 inscritos, foram aprovados 309 candidatos. O primeiro Exame de 2006 aprovou 47,61%, enquanto o segundo obteve em torno de 35,92%. Nos dias 22, 23 e 26 de fevereiro, os reprovados poderão protocolar recurso na Seccional de Natal ou nas Subsecções de Caicó ou Mossoró.

O Exame da Ordem é realizado em duas etapas: a primeira é a prova objetiva que contém 100 questões; já a segunda é a prova prático-profissional, na qual os candidatos redigem uma petição ou parecer sobre determinado caso. Vale salientar que 90% dos aprovados na primeira fase obtiveram êxito na segunda.

Igual registro merece o fato de que o Exame de Ordem da OAB/RN está inserido no grupo de mais de dez Seccionais que já fazem a prova unificada. Espera-se que o movimento pela unificação do Exame cresça e que possamos, finalmente, tê-lo feito com as mesmas provas, em todo o Brasil.

Na nossa Seccional, o Exame de Ordem é executado com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB).

O primeiro Exame de 2007 será no dia 15 de abril.

O resultado com a lista dos aprovados pode ser visto no site www.oab-rn.org.br.

05. 64% DOS APROVADOS NA OAB/PB SÃO GRADUADOS DO UNIPÊ

(Notícia transcrita do JORNAL DA PARAÍBA e publicada no jornal eletrônico da CM CONSULTORIA, de onde foi baixada em 16/02/2007.)

João Pessoa, 16/02/2007 – Sessenta e quatro por cento dos aprovados no Exame de Ordem da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), em João Pessoa, foram alunos do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê). Dos 156 aprovados na 2ª etapa do Exame de Ordem 2006.3, na Capital, 100 cursaram e concluíram o curso de Direito do Unipê. O resultado da prova da OAB foi divulgado na última terça-feira.

Para o reitor do Unipê, professor José Loureiro Lopes, esse resultado só vem confirmar o êxito obtido pela instituição ao receber o Selo de qualidade da OAB, o "OAB Recomenda", durante as três edições consecutivas (2001, 2004, 2007). "Somente o Unipê e mais três universidades particulares (PUC do Rio de Janeiro, PUC do Paraná e o Centro Universitário de Brasília) possuem as três edições do Selo, que é concedido a cada três anos. E na Paraíba, apenas a UFPB e o Unipê receberam a última edição do Selo", ressaltou o reitor.

Já o coordenador do curso de Direito do Unipê, professor Oswaldo Trigueiro do Valle, destacou: "o resultado do Exame de Ordem deve à qualidade do ensino jurídico que adotamos aqui e que tem sido a nossa marca. Além disso, à dedicação e ao interesse dos alunos pela carreira e o elevado nível profissional e especialização acadêmica na área do Direito por parte dos professores".

De acordo com o reitor José Loureiro, dos 1.017 cursos jurídicos em funcionamento no Brasil, 322 foram avaliados na última edição do Selo da OAB, divulgada no mês passado e apenas 87 contemplados com o Selo.

"Isso equivale a apenas 8,5% do total de cursos, no país", lembrou, acrescentando que no Nordeste, as duas instituições particulares de ensino superior que obtiveram o Selo 2007 foram o Unipê e a Universidade Salvador, na Bahia.

(Fonte: Jornal da Paraíba)

06. TRIBUTAÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DO CARNAVAL

(Cálculos efetuados e enviados pelo IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário:
www.ibpt.com.br/boletim_informativo_24)

Natal, 17/02/2007 – Na semana passada mostramos aqui as "mordidas" do leão fiscal brasileiro, que também contribui na campanha contra a Educação neste país, tornando o material escolar muito mais caro do que já é. Hoje, com igual não satisfação, vamos mostrar que qualquer que seja a forma de nos divertir no Carnaval, o Governo vai nos levar praticamente a metade do nosso dinheiro SÓ COM TRIBUTOS. Senão, vejamos:

ARTIGOS DE CARNAVAL

PACOTE HOTEL, INGRESSO E VAN - DESFILE.	37,48%
CONFETE ou SERPENTINA	45,03%
MASCARA DE PLÁSTICO	45,13%
BUZINA À GÁS	46,79%
SPRAY ESPUMA	47,14%
COLAR HAVAIANO	47,16%
FANTASIA 1 - roupa tecido	37,61%
INGRESSOS	42,05%
BIQUINI COM LANTEJOULAS	43,39%
FANTASIA 2 - roupa com arame	35,11%
MÁSCARA DE LANTEJOULAS	43,91%
PRESERVATIVOS	19,95%
CHAPÉU DE PALHA	35,15%
CHINELO	35,29%

07. STF DECIDE QUASE 5 MIL CASOS EM UM ÚNICO JULGAMENTO

(Por *Maria Fernanda Erdelyil*, d'o Consultor Jurídico de 09/02/2007 e enviada pelo Advogado WLADEMIR CAPISTRANO.)

Brasília, 09/02/2007 – O Supremo Tribunal Federal inaugurou, hoje à tarde, um procedimento inédito nos seus mais de 100 anos de vida: o julgamento em bloco de processos semelhantes. A Corte aplicou, por unanimidade, em 4.908 recursos o entendimento fixado no julgamento que impediu a correção no valor das pensões por morte concedidas antes de 1995.

Ao apreciar recurso do INSS contra pensionista, o Supremo entendeu que os efeitos da Lei 9.032/95, que alterou o salário mínimo e o valor da pensão por morte, não poderiam retroagir para serem aplicados a pensões concedidas antes da vigência da legislação. Os quatro ministros que ficaram vencidos no julgamento, Eros Grau, Ayres Britto, Cezar Peluso e Sepúlveda Pertence, hoje ressaltaram seus entendimentos e votaram com maioria.

O julgamento durou menos de uma hora depois de atravessar uma questão de ordem levantada pelo ministro Marco Aurélio. Ele temia que o julgamento imediato em bloco pudesse trazer efeitos nefastos e chegou a sugerir que cada relator, diante do precedente do Plenário, atuasse de forma individual.

A questão de ordem foi rejeitada por maioria. "Tratar esses casos separadamente seria uma perda de tempo", disse a presidente da Corte, ministra Ellen Gracie. Os colegas entenderam a preocupação do ministro Marco Aurélio, porém falou mais alto a necessidade de se otimizar os trabalhos do tribunal. Segundo Ellen Gracie, o Supremo recebeu 15 mil processos sobre pensão por morte. Os processos julgados foram selecionados dos gabinetes dos ministros Cezar Peluso, 1.304 casos, Gilmar Mendes, 864, Sepúlveda Pertence, 772, Carlos Ayres Britto, 701, Cármen Lúcia, 658 e Ricardo Lewandowski, 610 casos.

Antes de bater o martelo na definição do bloco de processos, os ministros acompanharam a breve sustentação oral do INSS e da Defensoria Pública em nome dos pensionistas. A representante do INSS pediu que o Supremo mantivesse o entendimento e cuidasse de editar uma súmula vinculante sobre o tema. O porta-voz dos pensionistas disse que acreditava na mudança do entendimento "depois de uma noite de sono" dos ministros.

O ministro Gilmar Mendes disse, na quinta-feira (8/2), que o STF poderá editar uma súmula vinculante consolidando o entendimento do tribunal sobre o tema. A súmula depende do voto de pelo menos oito dos 11 ministros e deve versar sobre tema com entendimento pacífico sobre o tema.

08. COM APENAS 20 ANOS, MINEIRO SE TRANSFORMA NO ADVOGADO MAIS NOVO DO BRASIL

(Notícia enviada pelo Bel. VIDAL SUNCION INFANTE)

Belo Horizonte, 10/02/2007 – Neste mês de fevereiro, o mineiro Roberto Apolinário recebeu, em solenidade na seccional mineira da OAB/MG, sua carteira de advogado. Assim como cerca de 600 mil brasileiros, Roberto receberá autorização para exercer a advocacia.

No entanto, ele tem algo a mais - ou talvez a menos - que os demais advogados: o mineiro de Governador Valadares tem apenas 20 anos.

Filho de uma advogada e de juiz de direito, Apolinário conta que desde muito pequeno já freqüentava o trabalho do pai e, como não tinha nada para fazer, pedia para ajudá-lo. "Com 12, 13 anos, eu já digitava sentença para ele. Separava processo por tipificação penal. Meu pai teve LER [Lesão por Esforço Repetitivo], e eu digitava para ele. Até a tese do mestrado dele eu digitei", conta o novo advogado à reportagem de Última Instância.

Aos 15 anos, após ter sido aprovado em cinco vestibulares para direito - o primeiro aos 13 anos, Apolinário e a família decidiram que ele iria cursar a faculdade. A família entrou na Justiça, e o adolescente pôde fazer a faculdade, ao mesmo tempo em que terminava o ensino médio. "De manhã eu fazia a escola, à noite a faculdade. Foi assim no segundo e terceiro ano", diz.

De acordo com o jovem, o acúmulo de aulas não foi problema. "Nunca tive que fazer exame final na faculdade". Ele conta que o convívio com os colegas universitários foi tranquilo. "Sempre gostei de ter contato com pessoal mais velho. Fiz muitos amigos na faculdade, mesmo depois de formados sempre nos encontramos para conversar", conta.

Ministério Público

Atualmente, Apolinário trabalha como oficial no Ministério Público em Galiléia (MG) e diz ter interesse em seguir estudando. "Gosto de escrever sobre direito. Penso em fazer mestrado e depois doutorado", diz.

O jovem advogado não sabe ainda se vai advogar ou tentar carreira pública. "Estou em um momento de indecisão, mas acho que vou advogar, até porque há uma dúvida se meu trabalho pode ser contado como tempo de prática jurídica", afirma.

Ele conta que, na escolha da profissão, nunca recebeu interferência da família. "Meu pai, quando eu era mais novo, queria que eu fosse médico. Um dia, brinquei com ele, se quiser mesmo, vai ter que ter outro filho". Falta de experiência

O mais novo advogado do Brasil na atualidade reconhecesse que a pouca idade pode trazer algumas dificuldades na profissão. "Para quem não me conhece, pode surgir preconceito, mas acho que quando se faz o trabalho bem feito, esse preconceito vai embora", avalia.

Quanto à falta de experiência de vida, ele diz acreditar que possa ser contornada com bom senso. "Sempre procurei estudar bastante. Fiz estágio durante dois anos no Ministério Público, fiz estágio com um juiz, então, sempre procurei extrair o máximo de experiência de vida destas pessoas". Afinal, apesar da pouca idade, Roberto Apolinário já visita o fórum há pelo menos oito anos.

09. SANTA CATARINA TEM AÇÕES TRABALHISTAS EM NÚMERO 30 VEZES SUPERIOR AO DO JAPÃO

(Notícia baixada do sítio *Espaço Vital*, em 15/02/2007)

Florianópolis, 14/02/2007 – Apesar de representar apenas 3% do montante nacional de ações trabalhistas em 2006, Santa Catarina registrou no último ano o mesmo número de processos na área do que os Estados Unidos, cerca de 60 mil. Este volume é 30 vezes superior ao do Japão, por exemplo. Em todo o Brasil são dois milhões de casos pendentes, segundos levantamentos divulgados esta semana pelo sociólogo José Pastore.

A pesquisa feita pelo sociólogo também mostrou que para cada R\$ 1 mil julgados, a Justiça do Trabalho brasileira gasta cerca de R\$ 1,3 mil. Em 2005, foram pagos R\$ 7,19 milhões a quem moveu as ações e no ano passado R\$ 6,13 milhões. As informações são do Diário Catarinense.

De acordo com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho de SC - Jorge Luiz Volpato, apenas em 2006, cerca de 57 mil processos entraram na pauta. Desses, 55 mil foram resolvidos ainda em 2006. Mesmo assim, outros 46 mil ainda estão em execução.

10. BENTO XVI EXIGE A VALENTIA DA VERDADE NA VIDA PÚBLICA

(Notícia publicada no jornal ZENIT, edição de 11/02/2007)

CIDADE DO VATICANO, domingo, 11 de fevereiro de 2007 (ZENIT.org).- Bento XVI considera que em tempos de subjetivismo é mais necessária que nunca na vida pública a valentia de dizer e seguir a verdade.

Assim constatou esse sábado ao receber em audiência aos membros de uma delegação da Academia de Ciências Morais e Políticas da França, na qual o cardeal Joseph Ratzinger foi eleito membro associado estrangeiro em 13 de janeiro de 1992.

O Papa ocupa nesta instituição o lugar que havia deixado livre ao falecer o Nobel da Paz, Andrei Dmitrievich Sajarov (1921-1989), físico nuclear russo, ativista dos Direitos Humanos.

Esta Academia, como recordou o Papa, é um lugar de intercâmbio que busca propor ao conjunto dos cidadãos e aos legisladores reflexões para ajudar a «encontrar as formas de organização política mais favoráveis ao bem público e ao desenvolvimento do indivíduo».

Referindo-se ao contexto cultural atual, caracterizado pelo subjetivismo, «que faz que cada um tenda a tomar-se como única referência e a considerar que o que ele pensa tem o caráter da verdade», o sucessor do apóstolo Pedro pediu «formar as consciências nos valores fundamentais, que quando não se respeitam põem em perigo o homem e a própria sociedade».

Recolhendo o legado espiritual de Sajarov, recordou que «é necessário, tanto na vida pessoal como pública, ter a valentia de dizer a verdade e segui-la, de ser livre com respeito ao ambiente, que com freqüência tende a impor pontos de vista e comportamento».

«A autêntica liberdade consiste em caminhar pelo caminho da verdade, segundo sua própria vocação, sabendo que cada um terá que render contas de sua vida ante seu Criador e Salvador», sublinhou o pontífice.

Por isso, considerou que os jovens têm nestes momentos o desafio de «não viver só para as aparências, mas de desenvolver a vida interior, lugar unificador do ser e do atuar, lugar do reconhecimento de nossa dignidade de filhos de Deus chamados à liberdade».

«É necessário que o homem não se deixe atar por correntes exteriores, como o relativismo, a busca do poder e do lucro a todo preço, a droga, as relações afetivas desordenadas, a confusão no matrimônio, a falta de reconhecimento do ser humano em todas as etapas de sua existência, desde sua concepção até seu fim natural».

«Devemos ter a valentia de recordar a nossos contemporâneos o que é o homem e a humanidade», disse o Papa.

Por isso, concluiu convidando «as autoridades civis e as pessoas que têm uma tarefa na transmissão dos valores a ter sempre a valentia da verdade sobre o homem».

11. **CÂMARA ARQUIVA LEI QUE ENGESSARIA CURSOS COM ALTA REPROVAÇÃO NA OAB**

(Baixado da Folha Online - 05/02/2007 | 06 fev 2007)

Brasília, 04/02/2007 – O projeto de lei do deputado federal reeleito Lincoln Portela (PL-MG) que pretendia impedir cursos de graduação em direito com baixo índice de aprovação no Exame de Ordem da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de contratar mais professores foi arquivado na sexta-feira (2). O arquivamento ocorreu por força do regimento interno da Câmara.

De acordo com o artigo 105 do regimento, quando a legislatura acaba, todas as propostas que ainda estão em tramitação devem ser arquivadas. São exceções apenas propostas que tenham sido aprovadas em todas as comissões ou em votações prévias; ou que tenham origem no Senado, em iniciativa popular ou em outro Poder.

Conforme a regra, o deputado, agora, tem aproximadamente seis meses para requerer o desarquivamento da proposta. A reportagem não conseguiu falar com o deputado nesta segunda-feira para saber se ele pretende retomar o projeto.

Projeto

De acordo com o projeto, cursos em que mais de 80% dos alunos tivessem sido reprovados no Exame por dois anos consecutivos ficariam impedidos de contratar professores.

O deputado argumentava que a abertura indiscriminada de cursos --a despeito da opinião do Conselho Federal da OAB-- e comparava a atuação do MEC (Ministério da Educação) à de "prefeituras do interior, quando analisam a abertura de vendas da esquina".

Durante mais de um ano, o projeto foi submetido apenas à avaliação da Comissão de Educação e Cultura, que o aprovou por unanimidade. Na ocasião, o relator, deputado Bonifácio de Andrada, havia proposto apenas que o índice baixasse de 20% para 10%.

* * * * *

NOTÍCIAS do CONSELHO FEDERAL e da OAB/RN

01. **CONSELHO FEDERAL – DIRETORIA.**

RAYMUNDO **CEZAR BRITTO** ARAGÃO

Presidente

VLADIMIR ROSSI LOURENÇO

Vice-Presidente

CLÉA ANNA MARIA CARPI DA ROCHA

Secretário Geral

ALBERTO ZACHARIAS **TORON**

Secretário Adjunto

OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR

Diretor Tesoureiro

01.1 **CONSELHEIROS FEDERAIS pela OAB/RN**

ADILSON GURGEL DE CASTRO

SÉRGIO EDUARDO DA COSTA FREIRE

WAGNER SOARES RIBEIRO DE AMORIM

SUPLENTES

CARLOS KELSEN SILVA DOS SANTOS

FELIPE AUGUSTO CORTEZ M. MEDEIROS

01.1 **JÁ SÃO MAIS DE 60 MILHÕES OS PROCESSOS À ESPERA DE JULGAMENTO**

(Notícia baixada do sítio do Conselho Federal, em 21/02/2007).

Brasília, 19/02/2007 - Em 2005, a reforma do Judiciário entrou em vigor com a promessa de mais eficiência nos tribunais e redução da angústia de milhões de brasileiros que esperam anos e anos por uma decisão da Justiça. No entanto, a montanha de ações que tramitam nas instâncias da Justiça federal, do trabalho e estadual, só cresce: passou de 57,5 milhões, em 2004, para 60,2 milhões, em 2005. Ou seja, aumentou em 2,7 milhões a fila de processos à espera de julgamento. A taxa de congestionamento nos tribunais é ainda mais

preocupante: de cada dez ações, sete ficaram sem solução naquele ano e passaram para o exercício seguinte.

Os dados são do último relatório Justiça em Números, divulgado no início do mês pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referentes ao ano de 2005. O estudo não levou em conta a quantidade de processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) nem no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o que pode aumentar ainda mais o tamanho do problema. Segundo o CNJ, novos números, em relação a 2006, podem sair nos próximos meses. E a tendência de congestionamento deve seguir a do ano anterior.

As estatísticas mostram que 14.608 magistrados de todo o país, em todos os três ramos da Justiça, não conseguem dar conta do estoque de processos que chegam e se acumulam em suas mesas. Só de novas ações, o Judiciário brasileiro é bombardeado com aproximadamente 20,5 milhões de processos por ano. É como se um em cada nove brasileiros entrasse com uma ação na Justiça a cada 365 dias. A maior demanda é na Justiça estadual: são 14,4 milhões de novas ações por ano.

Engarrafamento

A média de ingresso de novas ações, em todas as instâncias do Judiciário, continua semelhante ao que foi diagnosticado em 2004 e 2003. O que mais preocupa, porém, é o engarrafamento de ações nos tribunais e varas. Segundo dados do levantamento, a lentidão da máquina judiciária é enorme. O estudo mostra que o índice de congestionamento, obtido com base na divisão do número de sentenças pela quantidade de casos novos e de causas que já estavam pendentes, melhorou pouco em relação a 2004, o que pode ser creditado ao aumento do número de juízes: em cerca de 800. Em 2004, a taxa média de congestionamento era de 80%. Hoje, é de quase 70%.

Na Justiça Federal, o índice médio de congestionamento foi de 71,1%, ou seja, de cada 100 processos, 71 não tiveram solução naquele ano. Na Justiça do Trabalho, onde a tendência é ter causas que sejam resolvidas mais rapidamente, o congestionamento de processos em 2005 foi menor que nos outros dois segmentos, mas um pouco mais da metade das ações ficou sem solução. Na primeira instância da Justiça Estadual, onde estão mais de 50% dos processos brasileiros, a taxa de congestionamento foi de 76%.

O estudo faz também um levantamento das despesas do Judiciário. E o resultado é que além de muito lenta, a Justiça também ficou mais cara de 2004 para 2005. O aumento das despesas total com bens, serviços e pessoal cresceu aproximadamente em 8%. Passou de R\$ 20,7 bilhões para R\$ 23,4 bilhões.

Os dados do CNJ referentes a 2005 vão na contramão da expectativa criada pela aprovação da emenda 45, que instituiu a reforma do Judiciário, cujo objetivo era dar mais celeridade ao Judiciário. Mas não foi o que aconteceu no primeiro ano. Segundo o CNJ, os efeitos serão sentidos mesmo em 2007. O juiz auxiliar da presidência do CNJ Alexandre de Azevedo, um dos responsáveis pela Justiça em Números, explica que os principais pontos da emenda constitucional, como a criação da súmula vinculante, só foram regulamentados no ano passado e estão há pouco tempo em prática. "Apesar de alguns pontos terem sido aprovados naquele ano, eles ainda não interferiram nos resultados no relatório. Foi muito pouco tempo", disse Azevedo.

A criação do próprio CNJ, órgão de controle externo, deveria ajudar no combate à lentidão da Justiça, mas ainda não deu resultados efetivos. As questões administrativas e disciplinares, como a discussão sobre teto salarial e nepotismo, lotam a pauta em todas as sessões. Na semana passada, um relatório da Corregedoria Nacional de Justiça mostrou que o brasileiro está insatisfeito com a falta de agilidade da máquina judiciária: metade das queixas que chegam ao conselho se refere à demora nos julgamentos. Outra metade denuncia supostos desvios de conduta das autoridades.

Segundo Azevedo, o que deve realmente tirar a Justiça de todo esse sufoco é a informatização dos processos judiciais, que foi aprovada no ano passado pelo Congresso e estreou em janeiro de 2007. A intenção é que os processos passem a tramitar por computadores desde a petição inicial, o que extinguirá o tempo para burocracias internas dos tribunais. "Nós sabemos que 70% do tempo gasto de um processo é com a burocracia", afirmou Azevedo. Estima-se que 30% dos processos sejam informatizados em 2007.

Na Câmara dos Deputados, está em votação um "segundo pacote" da reforma do Judiciário, cujo objetivo seria semelhante às medidas anteriores: dar mais agilidade à máquina judiciária. No entanto, o efeito pode ser inverso. A principal mudança dá mais privilégios aos políticos que respondem a processos na Justiça: a extensão do foro privilegiado a ex-parlamentares e também para questões de improbidade administrativa — hoje, a prerrogativa prevê apenas ações criminais. O resultado pode ser, segundo especialistas, a superlotação de processos nos tribunais responsáveis por julgar autoridades, entre eles o STF. Muitos têm certeza de que isso significará mais lentidão e impunidade. Outras medidas como a súmula impeditiva de recursos — o mecanismo visa reduzir número de recursos nos tribunais superiores — podem ajudar a melhorar o rendimento das cortes. (A reportagem é de Fernanda Guzzo e foi publicada na edição de hoje do jornal Correio Brasiliense.)

01.2 CARMEN LÚCIA ENVIA AÇÃO DA OAB PARA A AGU E PGR.

(Notícia baixada do sítio do Conselho Federal, em 21/02/2007).

Brasília, 17/02/2007 - A ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF), que foi sorteada como relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 3853) protocolada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra a pensão vitalícia garantida ao ex-governador Zeca do PT pela Assembléia Legislativa, encaminhou a ação nesta sexta-feira à Advocacia-Geral da União (AGU) e à

Procuradoria-Geral da República (PGR) para que dêem parecer sobre o assunto no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da data de recebimento.

01.3 SENADO CRIA COMISSÃO DA JUVENTUDE E CHAMARÁ OAB PARA DEBATE.

(Notícia baixada do sítio do Conselho Federal, em 21/02/2007).

Brasília, 19/02/2007 – A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal aprovou requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR), que trata da criação da Subcomissão Permanente da Criança, Adolescente e Juventude. A nova subcomissão realizará, a partir da próxima quinta-feira (22), um ciclo de debates sobre a violência no País. Dentre os primeiros debatedores, devem ser convidados representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

02. CONSELHO SECCIONAL.	oabrn@oab-rn.org.br e oab-rn@oab-rn.org.br
Presidente:	PAULO EDUARDO PINHEIRO TEIXEIRA
Vice-Presidente:	RICARDO WAGNER S. ALCÂNTARA
Secretária Geral:	VALÉRIA SOBRAL PESSOA
Secretário Geral Adjunto:	KLEBET CAVALCANTI CARVALHO
Tesoureira:	VALDERICE NOBREGA DA SILVA

CONSELHEIROS SECCIONAIS

ALDO MEDEIROS DE LIMA FILHO	KALLINNA GOMES FLOR DOS SANTOS
CARLSON G. CORREIA GOMES	LAUMIR CORREIA FERNANDES
EVANDRO DE OLIVEIRA BORGES	MIZAEAL ARAÚJO BARRETO
FLÁVIO DE ALMEIDA OLIVEIRA	PAULO HENRIQUE MARQUES SOUTO
FRANCISCO DE ASSIS COSTA BARROS	RAIMUNDO ALVES DE SOUZA JR.
FRANCISCO IVO C. NETTO	MARIA ALVES ROSADO
FRANCISCO PRAXEDES FERNANDES	RODRIGO FALCONI CAMARGOS
JOSÉ MARIA RODRIGUES BEZERRA	RÚBIA LOPES DE QUEIRÓZ
JOSÉ VANILDO DA SILVA	SUETÔNIO LUIZ DE LIRA
WALTENCY SOARES RIBEIRO DE AMORIM	

CONSELHEIROS SECCIONAIS SUPLENTE

FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA SOUZA	NICÁCIO LOIA DE MELO NETO
JOSÉ EVANGELISTA LOPES	RICARDO GEORGE FURTADO
KALEB CAMOS FREIRE	ROSSANA DALY DE OLIVEIRA FONSECA
MAGNA LETÍCIA AZEVEDO L. CAMARA	SEBASTIÃO RODRIGUES LEITE JUNIOR
MARCO POLO C. BATISTA TRINDADE	RICARDO LUIZ PEREIRA PINTO
MIROCEN FERREIRA LIMA JUNIOR	VITOR JOSÉ MACEDO DANTAS
MONICA ALVES FEITOSA	VALÉRIA CARVALHO DE LUCENA

CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CONSELHO SECCIONAL

HORÁRIO e LOCAL: 17h, na sede da OAB/RN

FEVEREIRO		27	-
MARÇO	-	15	29
ABRIL	12	26	-
MAIO	10	24	-
JUNHO	06	21	-
JULHO	05	19	-
AGOSTO	02	16	30
SETEMBRO	13	27	-
OUTUBRO	11	25	-
NOVEMBRO	08	22	-
DEZEMBRO	06	20	-

NOBRES COLEGAS.

Para mais notícias, visite o nosso sítio www.oab-rn.org.br. Além de as notícias serem atualizadas diariamente, você tem vários serviços à sua disposição (inclusive a tabela de honorários).

A IMPUNIDADE QUE GERA A VIOLÊNCIA

Editorial do Pres. Paulo Eduardo Teixeira
(Transcrito do *Diário da OAB*, edição de 17/02/2007)

Após o brutal assassinato do menor João Hélio, toda a imprensa brasileira veiculou matérias relacionadas à redução da maioria penal, objetivando o debate. Não restam dúvidas de que a comoção foi geral. Muitas opiniões foram fornecidas. Algumas levadas pelo emocional, outras com a finalidade de obter dividendos políticos.

Dos pais, tomados pela forte emoção, admite-se um direcionamento da discussão pedindo justiça, - o que também chamamos -, e a redução da maioria. Todavia, dos políticos, de quem se espera serenidade, não se concebe colocar a frente da discussão a emoção. Do governador do Estado do Rio de Janeiro, ouvimos a defesa da tese da autonomia dos Estados para legislar sobre matéria penal, tomando como paradigma os Estados Unidos. O exemplo, máxima vênua, não deverá servir como parâmetro, até porque o índice de violência não diminuiu, pelo contrário, é uma preocupação, e também alarmante.

Antes de discutirmos a redução da maioria, é preciso debater outras questões como, educação, saúde, emprego, impunidade, sistema prisional, etc. Vivemos em um país das desigualdades, da falta de oportunidades, e principalmente da impunidade. Esta última sim, uma variante responsável pela situação.

Achar que a redução da maioria é a solução de todos os problemas, e que diminuirá o índice de criminalidade é um equívoco. Vamos debater a questão do cumprimento das penas! De acordo com a Constituição Federal, é dever do Estado: erradicar a pobreza; promover educação e saúde para todos; segurança, etc. Portanto, é hora de cobrar do Poder Público o cumprimento das regras concernentes aos direitos fundamentais. É momento de lutarmos pelo fim da impunidade, e por um judiciário célere e eficiente. São estes os temas a serem discutidos, e que deverão ser colocados à mesa. Queremos que os infratores, todos, de forma indiscriminada, sejam punidos e cumpram as suas penas, porém também queremos que o Estado ofereça proteção à sociedade. A OAB se solidariza com a dor daqueles que sofrem violência, porém não poderá permitir que as soluções dos problemas sejam idealizadas pelo componente emocional. A questão é muito mais profunda, e não se pode esquecer que é a impunidade que gera a violência.

02.1 RUI SANTOS MANDA NOTÍCIAS DOS EUA.

Natal, 05/02/2007 – Como esta foi a primeira notícia internacional que recebi, faço questão de informar a todos vocês que o nosso colega RUI SANTOS, Juiz do nosso Tribunal de Ética e Disciplina durante a administração passada, se encontra adquirindo novos conhecimentos sob o rigoroso frio do Estado de Oklahoma, EUA. A temperatura atinge frequentemente vários graus abaixo de zero.

Como o nobre colega não se desliga das coisas da OAB/RN (graças a Deus), solicitou que transmitisse a todos suas melhores saudações "oabeanas". E todos desejamos que ele tenha o merecido sucesso em seus estudos, em Shawnee, Oklahoma, USA.

02.2 PAULO EDUARDO EXPÕE NO COLÉGIO DE PRESIDENTES DE SECCIONAIS.

Natal, 17/02/2007 – A primeira reunião nacional do Colégio de Presidentes dos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil da nova gestão será realizada no plenário do Conselho Federal, em Brasília, nos dias 01 e 02 de março. Da reunião também participarão os presidentes de Caixas de Assistência dos Advogados. Além disso, no primeiro dia, os presidentes das Comissões de Exame de Ordem discutirão a primeira prova unificada de 2007. No segundo dia, o repasse das Caixas de Assistência e a temática dos planos de saúde serão os destaques. O presidente da OAB/RN, Paulo Eduardo Teixeira, será o expositor do tema "planos de saúde".

2.3 CURSO SOBRE AS REFORMAS DO PROCESSO CIVIL.

Natal, 17/02/2007 – Dando início à série de cursos que pretende realizar, objetivando a atualização do advogado potiguar, a OAB/RN firmou parceria com a LatoSensu Escola Jurídica para realizar um curso sobre as Reformas do Processo Civil, incluindo as novas Leis de janeiro/2007. O curso será ministrado pelo Prof. FRANCISCO BARROS DIAS, da UFRN. As inscrições já estão abertas, pois o evento se dará no período de 05 a 08 de março, no auditório da OAB/RN, no horário das 18h às 22h. Maiores informações pelos telefones 3201.7689 ou 9431.6525. Por sua vez, você pode ver os detalhes do conteúdo do curso no site www.latosensuescolajuridica.com.br.

02.4 ANIMAÇÃO TOTAL NO CARNAVAL DO HABEAS COPOS.

Praia de Pirangi do Norte, Parnamirim, RN, 17/02/2007 – A animação foi total e completa no Bloco "Habeas Copos", que em muito boa hora a CAARN e a OAB/RN resolveram organizar, sob a batuta da "maestra" ANGELA MONTEIRO e um animado grupo de advogados. O bloco Habeas Copos invadiu literalmente as ruas de Pirangi com banda de frevo, carro de apoio, segurança e cordão de isolamento. Depois do desfile pelas ruas, a banda ainda tocou por mais de uma hora, no Restaurante Paçoca de Pilão.

Animado com o sucesso, o grupo organizador já está pensando em fazer voltar o "São Pedro na Balança" e de "repaginar" o Baile do Advogado. Vamos esperar e vamos apoiar!
Parabéns a todos os organizadores!

03. CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO RN

Presidente: JOÃO MARIA TRAJANO SILVA
Vice-Presidente: ÂNGELA MONTEIRO LIMA
Secretário Geral: ENÉLIO ANTONIO G. PETROVICH
Secretário Geral Adjunto: ALEXANDRE CUNHA CARVALHO
Tesoureiro: RAUL SHEER
Suplente: ADRIANA GALVÃO S. SANTIAGO
Suplente: JOÃO FREIRE DA COSTA

03.1 CARNAVAL

Natal, 08/02/2007 - A diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados em parceria com a OAB/RN organizou o bloco "Habeas Copos", que saiu no sábado de Carnaval, na praia de Pirangi, conforme registramos acima.

04. CONSELHO SUBSECCIONAL DE MOSSORÓ oabmossoro@oab-rn.org.br

Presidente: HUMBERTO HENRIQUE C. FERNANDES DO REGO.
Vice-Presidente: LINDOCASTRO NOGUEIRA DE MORAIS
Secretário Geral: EMMANOEL ALVES FILHO
Secretário Adjunto: MARIA NAZARÉ DAVI GUIMARÃES
Tesoureiro: CLEYLTON CESAS F. NUNES

CONSELHEIROS SUBSECCIONAIS

ANA MARIA DE PAIVA	IODEVOHE REBOUÇAS VERAS
GILMAR FERNANDES DE QUEIROZ	JOSE WILTON FERREIRA
FRANCISCO DE ASSIS M. VARELA	MARCOS ARTUR F. DE ARAÚJO
FRANCISCO WELITHON	RAMIREZ AUGUSTO P. FERNANDES
FRANCISCO WILTON APOLINÁRIO	VICENTE PEREIRA NETO
HORÁCIO DE MEDEIROS NETO	

04.1 AGENDA DO EXAME DE ORDEM 2007.1, EM MOSSORÓ.

Dia 15 de abril → Aplicação da prova objetiva.

05. SUBSECCIONAL DE CAICÓ. oabcaico@oab-rn.org.br e oabcaicorn@bol.com.br

Presidente: JANDUI FERNANDES
Vice-Presidente: JUBSON SIMÕES
Secretária Geral: SIMONE SONIERE COSTA DE OLIVEIRA
Secretário Adjunto: FRANCISCO RAFAEL NETO
Tesoureiro: FRANCISCO DAS CHAGAS MEDEIROS
Suplentes: FÁBIO AURÉLIO BULÇÃO
FRANCINALDO FELIPE DA SILVA

05.1 AGENDA DO EXAME DE ORDEM 2007.1, EM CAICÓ.

Dia 15 de abril → Aplicação da prova objetiva.

06. SUBSECCIONAL DE MACAU.

Presidente: EINSTEIN ALBERT S. BARBOSA
Vice-Presidente: LUIGI MURO
Secretária Geral: JORGE LUIZ BATISTA DA SILVA
Secretário Adjunto: FRANCISCO VARELA DE MELO JUNIOR
Tesoureiro: ROGÉRIO DE SOUZA PADILHA
Suplentes: MARCOS VINICIUS SANTIAGO DE OLIVEIRA
FLAVIANO DE HOLANDA MONTENEGRO

07. SUBSECCIONAL DE ASSU.

Presidente: AGAMENON FERNANDES

Vice-Presidente: MANOEL ALVES DE FONTES
Secretária Geral: IVANALDO PAULO S. E SILVA
Secretário Adjunto: JOSÉ DE DEUS ALVES DOS SANTOS
Tesoureiro: PEDRO BEZERRA DA COSTA
Suplentes: CLÉZIO DE OLIVERA FERNANDES
JOSÉ FIRMINO DE MORAIS

08. SUBSECCIONAL DE PAU DOS FERROS.

Presidente: FRANCISCO DE ASSIS CORREIA REGO
Vice-Presidente: LAFAIETE DANTAS JUNIOR
Secretária Geral: JOSEFA DANTAS DE PAIVA JALES
Secretário Adjunto: JOÃO BATISTA TEODORO
Tesoureiro: CLEDIMAR DE OLIVEIRA DANTAS
Suplentes: JOSE OSMAN DE CARVALHO
FRANCISCO GENILSON DA SILVA

09. COLÉGIO DE PRESIDENTES DE COMISSÕES.

Coordenação do Vice-Presidente da OAB/RN RICARDO WAGNER.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES
HORÁRIO e LOCAL: 17h15 na sede da OAB/RN

MARÇO **06** *DIVULGAREMOS OS NOMES DOS NOVOS PRESIDENTES DE
ABRIL **10** COMISSÕES, TÃO LOGO SEJAM PUBLICADAS AS PORTARIAS DE
NOMEAÇÃO. Em igual sentido, confirmaremos a reunião do Colégio para o dia 6.

15. COMISSÃO DOS ASSISTÊNCIA JURÍDICA – AJURI.

Pres. Adv.

15.1 NOVOS ATENDIMENTOS:

→ A AJURI deve voltar aos atendimentos no início de março.

18. COMISSÃO DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS DO ADVOGADO.

prerrogativas@oab-rn.org.br

Pres. Adv. CAIO GRACCO PEREIRA DE PAULA.

Vice-Pres. Adv. JORGE ALBERTO DE FREITAS MOTTA.

Secretária Conselheira RÚBIA LOPES QUEIROZ.

18.1 COMISSÃO VAI SE REUNIR.

→ O Pres. CAIO GRACCO já está marcando a primeira reunião desta Comissão. Em pauta vários problemas enfrentados pelos advogados potiguares e para os quais ela vai buscar uma solução junto ao Poder Judiciário.

20. COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL – CDA.

Pres. Adv.

20.1 FRATERNIDADE E AMAZÔNIA.

→ Anualmente, a Igreja Católica realiza a chamada Campanha da Fraternidade. Este é um movimento realizado sempre por ocasião da Quaresma e teve seu início aqui mesmo, em Natal, quando D. EUGÊNIO DE ARAÚJO SALES era nosso Arcebispo. Para este ano, o tema central chama a atenção para a situação da Amazônia: suas florestas, seus rios, suas belezas, mas principalmente as gentes que habitam esta grande superfície verde do Brasil. Sendo tema da maior relevância para a vida do ser humano sobre a Terra, seria de muita importância que a OAB participasse das ações que vão ser empreendidas em todos os Estados do Brasil.

26. COMISSÃO DE ENSINO JURÍDICO – CEJ.

ensinojuridico@oab-rn.org.br

Pres. Cons.

26.1 AGRADECIMENTO:

→ Só temos a agradecer as contribuições recebidas de três das nossas faculdades de Direito da Capital para o bloco que pôs na rua os operadores do Direito no Estado: Universidade Potiguar, Facex e FAL. A todos três o nosso mais sincero agradecimento... e vamos continuar essa parceria alegre e saudável!

→ **ATENÇÃO:** Solicitamos aos **ilustres coordenadores dos diversos Cursos de Direito do Estado** que nos mandem suas informações para transmitir aos colegas advogados.

31. COMISSÃO DE EXAME DE ORDEM.

Pres. Cons. KLEBET CAVALCANTI.

31.1 AGENDA DO SEGUNDO EXAME DE ORDEM.

→ É seguinte a data da prova objetiva do primeiro Exame de Ordem de 2007:

Dia 14 de abril → Prova objetiva em todo o Brasil.

31.2 DIVULGADOS OS RESULTADOS, TEMOS PRAZO PARA RECURSOS.

→ O resultado final do Exame da Ordem de 2006.3 teve o índice de aprovação de 47,54%. Dos 650 inscritos, foram aprovados 309 candidatos. O primeiro Exame de 2006 teve uma aprovação de 47,61%, enquanto o segundo obteve em torno de 35,92%. Nos dias 22, 23 e 26 de fevereiro, os reprovados poderão protocolar recurso na Seccional Natal ou nas Subsecções de Caicó e Mossoró.

41. ESCOLA SUPERIOR DA ADVOCACIA – ESA. esa@oab-rn.org.br

Diretor: Adv.

41.1 CURSO COM A LATO SENSU.

→ O curso de atualização em Processo Civil que a LATO SENSU realiza em parceria com a OAB/RN conta com a participação efetiva da nossa ESA, a qual pretende realizar vários cursos durante todo este ano.

43. NOTÍCIAS SOCIAIS

* Em nossas anotações, registramos os aniversários dos seguintes colegas, a quem enviamos **nostros melhores votos de parabéns:**

Aniversários deste final de FEVEREIRO e da primeira quinzena de MARÇO (em nossas anotações):

- 22 OTAVIO DUVIVIER, advogado em Natal.
25 EDSON CARDOSO, funcionário da Tesouraria da OAB/RN.
ALBIMAR FURTADO, editor-chefe do Diário de Natal, que publica nossa coluna.
26 RICARDO GEORGE FURTADO, procurador do Estado e Conselheiro da OAB/RN.
27 WLADEMIR SOARES CAPISTRANO, advogado e ex-Secretário Geral da OAB/RN.
→ → → MARÇO ← ← ←
01 ANA CRISTINA DA SILVEIRA FERNANDES, advogada em Mossoró.
02 RENIRA LUCENA, advogada em Natal.
03 JOSE SEVERINO DE MOURA, ex-VP da OAB/Mossoró.
04 ALDO DE MEDEIROS LIMA FILHO, Conselheiro Seccional da OAB/RN.
NEY SILVEIRA DIAS, que já foi Conselheiro Seccional da OAB/RN.
RADIR AZEVEDO MEIRA FILHO, advogado em Natal.
05 ANA NASCIMENTO REGO, esposa do Pres. JOANILSON DE PAULA REGO.
ANDERSON SOUZA DA SILVA, professor de Direito.
ITALO PINHEIRO, advogado em Natal e Desembargador aposentado.
JOSÉ HELDSON CARVALHO DE AQUINO, advogado em São Miguel do Oeste.
06 LILIANE FONSECA OLIVEIRA, advogada em Natal e foi membro da nossa CDH.
08 EIDER FURTADO FILHO, advogado em Natal.
10 PAULO FERNANDES, advogado e professor em Mossoró.
11 JOÃO PENHA DE SOUZA, advogado em Natal.
14 GIUSEPPI COSTA, Professor e Procurador Geral da UFRN.
15 JANSEN LEIROS, advogado em Natal e Juiz do TED da OAB/RN.
→ DIA MUNDIAL DO CONSUMIDOR.

→ A todos os aniversariantes as nossas preces por suas felicidades e que o Senhor possa lhes iluminar e proteger seus caminhos neste novo ano de vida.

→ Lembre-se que continuamos aguardando a informação de outras comemorações.

AGRADECIMENTOS

Adv. PATRÍCIA SAZES, Adv. WLADEMIR CAPISTRANO, Bel. VIDAL SUNCIÓN INFANTE e Jornalista ANNE DANIELLE.

POR HOJE É SÓ!

Agradeço a vocês a paciência e a leitura.

E, por favor, nunca se esqueça:

→ → → **A OAB É VOCÊ!** ← ← ←

Por isso, COMPAREÇA! PARTICIPE!

→ → → **A OAB CONTA COM VOCÊ!** ← ← ←

Saudações advocatícias e democráticas,

ADILSON GURGEL DE CASTRO

Presidente da OAB/RN – Fone: 84-4008-9410

agcastro@digi.com.br.

PS → Críticas. Sugestões. Notícias. É só passar uma mensagem para o endereço acima.

CADERNO 2

CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, EVENTOS, CONCURSOS JURÍDICOS E NOTÍCIAS DE INTERESSE DOS COLEGAS ADVOGADOS

Esta parte do jornal é dedicada a transmitir aos colegas as informações sobre Congressos, Seminários, Palestras, Eventos e Concursos Jurídicos de interesse da classe.

EVENTOS PROMOVIDOS ou APOIADOS PELA OAB/RN

Curso: AS NOVAS LEIS PROCESSUAIS.

Ministrante: Prof. FRANCISCO BARROS DIAS, da UFRN.
Realização: Lato Sensu – Escola Jurídica.
Co-Patrocínio: Escola Superior da Advocacia / RN.
Data: 05 a 08 de março de 2007.
Local: Auditório da OAB/RN.
Informações: 3201-7689 ou 9431-6525.